



MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A ECONOMIA POLÍTICA DO NORDESTE

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade,
Maceió, Alagoas, Brasil
cicerocarvalho@uol.com.br

RESUMO – Este artigo pretende apresentar a contribuição teórica de Manuel Correia de Andrade à análise econômica da região Nordeste. Com uma obra numerosa – livros, artigos, relatórios e entrevistas – elaborada em mais de meio século de atividade intelectual, Manuel Correia foi o mais importante estudioso do “mosaico nordestino”. Neste trabalho, a obra do pesquisador é dividida em três partes para efeito de exposição: a) o conjunto dos livros didáticos, construído entre 1952 e 1963; b) o livro *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), seu trabalho mais conhecido, e um marco na economia política da região; c) e o conjunto de seus livros de análise regional, escritos nos anos posteriores, quando dá prosseguimento aos seus estudos sobre o Nordeste.

Palavras-chave: Nordeste, economia regional, Manuel Correia de Andrade

MANUEL CORREIA DE ANDRADE AND THE NORTHEAST POLITICAL ECONOMY

ABSTRACT – This paper aim to introduce Manuel Correia de Andrade’s theoretical approach about regional economics. With a great number of books, research papers, articles and interviews, worked over than fifty years of the intellectual activity, Manuel Correia was the most important scholar of the “northeast mosaic”. In this paper, the work of this scholar was divided in three sections that exposes his ideas: a) the series of handbooks about economic geography, written between 1952 and 1963; b) the book *The Land and the People of Northeast Brazil* (1963), the best know scholar’s book and a regional political economic’s guide; c) and a set of the books about regional analysis, written lately, furthering their studies on Brazil’s northeast region.

Keywords: Northeast, regional economy, Manuel Correia de Andrade

INTRODUÇÃO

Primeiro território ocupado no processo de colonização, o Nordeste é a mais estudada das regiões brasileiras; possuindo, por isso, uma rica e volumosa produção científica e literária que, praticamente, cobre todos os aspectos de sua realidade: da geografia a cultura; da economia a história. Nessa extensa produção intelectual de mais de um século sobre o espaço nordestino, muitas obras e autores não resistiram ao “filtro do tempo” e foram sendo deslocados para as prateleiras menos importantes das bibliotecas que guardam esse conhecimento. No entanto, muitas obras deste conjunto se destacaram e permanecem como contribuições abertas a novas leituras. Esses são os clássicos regionais. O livro “A Terra e o Homem no Nordeste”, assim como o conjunto dos trabalhos de Manuel Correia de Andrade, permanecem despertando o interesse dos leitores e pesquisadores quando o tema é a região nordestina. Por meio de sua obra, publicada em mais de cinco décadas de atividade intelectual, ele contribuiu fortemente para a análise econômica do que chamou “mosaico nordestino”.

Manuel Correia de Andrade foi professor da Universidade Federal de Pernambuco desde 1952. A partir de 1960, trabalhou como docente da Faculdade de Economia, onde foi um dos fundadores e primeiro Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia e Sociologia, o Pimes. Escreveu mais de uma centena de obras, muitas delas em editoras nacionais e algumas traduzidas para outros idiomas, tornando-se, desta forma, presença obrigatória em todas as análises sobre a economia nordestina. Apesar de sua vasta produção em forma de artigos e relatórios, optamos por utilizar, exclusivamente, neste trabalho, as informações contidas em algumas de suas entrevistas e os escritos constantes nos seus livros, já que os resultados de suas pesquisas e reflexões foram publicados em forma de coletâneas.

A FORMAÇÃO NORDESTINA

A definição da região Nordeste, tal como é conhecida hoje, somente foi construída no século XX. Durante o período colonial, foi criada uma divisão administrativa baseada nas capitanias que, na segunda década do século XIX, transformaram-se em províncias, sem, no entanto, gerar nenhuma delimitação institucional em termos regionais. Essa questão – a divisão regional do Brasil – começa a delinear-se no século XIX, ainda na época imperial, quando, no debate político e no meio jornalístico, surgem dois blocos de províncias: o “do Sul” que, no futuro republicano, seria desdobrado em regiões Sudeste e Sul; e o das “províncias do Norte”, compreendidas como as unidades que compõem, atualmente, o Nordeste e a Amazônia. Essa divisão regional não tinha, por parte do poder central, uma definição legal, mas estava presente na literatura, nos discursos parlamentares e nas páginas dos jornais que circulavam naquela época.

A distinção entre províncias do “Norte” e do “Sul” tinha uma razão econômica. O Nordeste, com os preços do açúcar em queda livre desde o século dezoito, estava estagnado economicamente e perdia, paulatinamente, sua antiga importância. A transferência da capital do Brasil, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro, revelava a influência do ciclo do ouro (1700-1760), que ocupava o território de Minas Gerais, aumentando a população e o peso econômico do Sudeste brasileiro. A chegada da família real portuguesa, em 1808, acelera esse processo de deslocamento do centro dinâmico, antes localizado no Nordeste. Mas é quando o café, a partir de 1830, afirma-se como primeiro produto exportado, que se solidifica o centro da economia brasileira no Sudeste; primeiro no Rio de Janeiro, até 1870 e, depois, em São Paulo. Essa nova configuração econômica tanto criou as “províncias do Sul” mais ricas, como localizou, na área antiga e empobrecida, as “províncias do Norte”.

O deslocamento da dinâmica econômica para Minas, Rio de Janeiro e São Paulo delimitou as “províncias do Norte” como parte do território nacional onde estavam localizadas todas as unidades da parte setentrional, sem, no entanto, diferenciá-las internamente, homogeneizando no mesmo espaço a Amazônia e o Nordeste atual. A diferenciação entre as atuais regiões “Nordeste” e “Norte” começa a ser construída no final do século XIX quando coincidem, no mesmo tempo, a maior seca da história nordestina, em 1877-1879, e o auge do primeiro ciclo da borracha (1870-1912).

A seca e a necessidade de mão-de-obra para a extração do látex, que chegou a representar 40% das exportações nacionais, combinaram-se para transformar a Amazônia num pólo de atração dos agricultores pobres afetados pela estiagem, levando para os seringais cerca de 500 mil nordestinos, entre os anos de 1870 e 1910. A partir do ciclo da borracha e de uma intensa migração nordestina, ficavam claras as diferenças entre as duas regiões: a Amazônia, com sua exuberante floresta e rios, quase um deserto humano não fosse os povos indígenas; e o Nordeste densamente povoado, marcado pela existência de um semi-árido, no seu interior, exposto a secas irregulares e que ocupava metade de seu território.

O Nordeste, no século XIX, diminuiu paulatinamente sua participação relativa na economia nacional, sem, no entanto, deixar de ser uma importante área exportadora brasileira, principalmente de açúcar e algodão; e, além disso, detinha um peso político importante, na medida em que concentrava metade da população do país. Na época do primeiro recenseamento brasileiro (1872), o Nordeste possuía 47% da população brasileira, e o Norte, apenas 3%. E isso significava uma representação decisiva na composição política nacional, tanto no parlamento como no governo imperial.

TABELA 1. BRASIL: POPULAÇÃO ENTRE 1808 E 1872

| | BRASIL | NORDESTE | NORTE | SÃO PAULO |
|-------------|-------------------|------------------|----------------|------------------|
| 1808 | 2.432.347 | 1.274.295 | 96.000 | 200.478 |
| 1819 | 3.596.132 | 1.703.111 | 143.251 | 238.323 |
| 1823 | 3.960.866 | 2.050.218 | 128.000 | 280.000 |
| 1854 | 7.677.800 | 3.732.200 | 250.000 | 500.000 |
| 1867 | 11.780.000 | 5.130.000 | 450.000 | 900.000 |
| 1872 | 10.112.061 | 4.708.160 | 332.847 | 837.354 |

Fonte: MARCÍLIO (1973)

O termo “Nordeste” foi inicialmente usado para designar a área de atuação da primeira e mais antiga autarquia federal funcionando no país, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) criada em 1909. A autarquia foi transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919; e mudou para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. No começo do século XX, neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do norte do Brasil sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal (ALBUQUERQUE JR, 2009, p.81).

A identidade regional, além da definição de seu território e economia, exige também a construção simbólica e cultural para qual contribui fortemente os intelectuais. A construção da idéia de Nordeste, em suas bases geográficas e naturais, ficou marcada quando Euclides da Cunha publicou *Os Sertões*, em 1902, descrevendo a área semi-árida nordestina. Partido de uma visão determinista geográfica e racial, ele explica o atraso regional como uma consequência do ambiente hostil, isolado e de população mestiça. Estudos posteriores do próprio Euclides da Cunha sobre a Amazônia (*Contrastes e Confrontos* em 1907, e *A Margem da História*, em 1909) caracterizaram a outra parte do “Norte” do Brasil, ajudando na diferenciação do Nordeste.

Na década de 1920, as antigas concepções baseadas no determinismo naturalista vão sendo substituídas pelas análises da sociologia culturalista, cujo principal pensador é Gilberto Freyre. A região passa então a ser objeto de uma nova definição espacial, social e cultural, centrada no Nordeste açucareiro, que se estende de Alagoas ao Rio Grande do Norte, desenhada como a área de formação do Brasil. O cearense Djacir Menezes escreve *O Outro Nordeste* (1937), no qual a região é caracterizada pelo semi-árido, com sua base econômica centrada na pecuária extensiva, desenvolvida para atender à região açucareira; e no algodão que abastecia a indústria têxtil nacional. Essa estrutura antiga explicava a rigidez das estruturas sociais, a estagnação econômica e a violência de muitos movimentos de base rural.

Essa construção coincide com a profunda crise que atravessava os principais setores econômicos regionais, na primeira metade do século XX. Essa situação explicava o surgimento do discurso tradicionalista regionalista no Nordeste como base intelectual de sua agenda política particular. A crise é percebida pela representação política de vários setores oligárquicos (pecuária e açúcar nordestinos), e se manifesta por meio de um discurso reivindicativo ante o poder central, tendo como núcleo a percepção da desigualdade regional frente à região Sudeste, expressando as principais demandas desses setores como sendo de toda sua população.

Em 1940, o IBGE define, pela primeira vez, um mapa regional brasileiro, contemplando as cinco grandes regiões, separando definitivamente o Norte do Nordeste. Nesta divisão, a região Nordeste oficial, tal como conhecemos, ficou caracterizada por sua área coberta pelo clima semi-árido, sujeita a secas periódicas. Na realidade, o método interpretativo da região ao definir a região nordestina a partir da área sertaneja, e não de todo seu espaço, lhe atribui de partida status de "região problema" (BITOUN, 2002).

Esse debate regional ocorria numa conjuntura na qual o Brasil transitava de uma economia agroexportadora, dependente dos mercados externos, para uma situação em que a indústria e o mercado interno passaram a dar as bases para o processo de acumulação capitalista. Nesta conjuntura, a interpretação do Nordeste dá um salto quando surge uma contribuição oriunda de um novo campo intelectual, a economia. Em 1959, Celso Furtado publica o livro *Formação Econômica do Brasil*, no qual desloca o enfoque tradicional da leitura do subdesenvolvimento nordestino colocando, em lugar do discurso da seca no semi-árido como causa do atraso, uma nova visão baseada na estrutura fundiária, na organização econômica e na formação histórico-política da região.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado introduz a categoria analítica “complexo econômico nordestino”, para explicar a estabilidade das estruturas econômica, social e política de três séculos na região Nordeste. O “complexo” se caracterizaria por uma estrutura dualista, com um setor exportador (açúcar) de alta lucratividade e elevadíssima concentração da propriedade da terra e das rendas, sustentado sobre o trabalho escravo, em articulação com um setor de subsistência (agricultura e pecuária) de baixa produtividade, assentado no trabalho servil. Ele busca explicar, com essa categoria analítica, as peculiaridades econômicas e sociais regionais pela decadência e estagnação do setor canavieiro, que preserva suas estruturas econômicas e sociais durante as longas crises de exportação e na combinação entre a economia do açúcar e sua “projeção”, a pecuária extensiva.

Dois outros textos contribuem, e seguem contribuindo, para construir a imagem Nordestina: *Geografia da Fome*, de Josué de Castro e *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó. No primeiro, a estrutura fundiária e a pobreza regional explicam os dramas da fome tanto na zona da mata (onde predominava a fome crônica) como no sertão (onde a fome era epidêmica, pois se espalhava nos anos de seca); no segundo, os movimentos sociais de base rural são analisados, de forma pioneira, à luz do materialismo histórico.

UM LIVRO PARA O DEBATE REGIONAL

Na construção intelectual da região Nordeste, Gilberto Freyre interpreta a região a partir da zona da mata e cria a *civilização do açúcar*; Djacir Menezes parte do *outro Nordeste*, o Sertão da “civilização do couro e do algodão”; Celso Furtado a explica pela formação do *complexo econômico nordestino*; Manuel Correia de Andrade, em 1963, dá sequência a este processo de construção intelectual ao traduzir o Nordeste não apenas como espaço físico da zona da mata ou sertão, presentes nos nove estados da região, mas das diferenças intra-regionais de outros subespaços, como o agreste e o Meio-Norte. E, no interior desses subespaços, a partir do ponto

de vista econômico e social, analisa as áreas menores com suas diversidades internas, especificidades e articulações dentro da região.

Esses dois elementos, açúcar e pecuária, foram os principais responsáveis pela ocupação territorial, construindo uma “região” não homogênea, com vários subespaços marcados por condições naturais diferenciadas e por atividades econômicas particulares (algodão, babaçu, cacau, carnaúba, coco, fumo, sal), que determinavam relações de produção singulares e que formariam o *mosaico regional* nordestino.

A importância deste livro, além dos méritos da análise, vem da conjuntura muito particular, a década de 50 e começo dos anos 60 do século passado, que determinava o debate sobre o futuro regional nordestino. No plano internacional, a guerra fria opunha os dois grandes sistemas: os Estados Unidos liderando os países capitalistas; e o campo socialista, liderado pela URSS. Naquela conjuntura, a revolução chinesa (1949) e, principalmente, a revolução cubana (1959), tiveram um impacto especial na América Latina, pelo caráter agrário desses dois movimentos.

No âmbito nacional, o período democrático, entre 1945 e 1964, permite os espaços para a discussão sobre a economia brasileira que, naquele momento, assistia ao processo de industrialização que concentrava no Sudeste, principalmente em São Paulo, a riqueza nacional, aumentando as diferenças regionais. O subdesenvolvimento do Nordeste, com sua população vivendo em ampla maioria no campo, era um dos eixos do debate nacional; e a entrada de novos atores na política nordestina, como os camponeses e os setores da população urbana (operários e classe média) aumentava ainda mais essa importância e fazia do Nordeste um centro de disputa na política nacional.

TABELA 2. NORDESTE: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1940/1970

| ANO | TOTAL | RURAL | % | URBANA | % |
|------|------------|------------|------|------------|------|
| 1940 | 14.434.080 | 11.052.907 | 76,6 | 3.381.173 | 23,4 |
| 1950 | 17.927.832 | 13.228.605 | 73,6 | 4.744.227 | 26,4 |
| 1960 | 22.427.484 | 14.748.192 | 65,8 | 7.679.292 | 34,2 |
| 1970 | 28.675.081 | 16.383.605 | 59,0 | 11.766.463 | 41,0 |

Fonte: IBGE (2009)

Diante desse debate regional, que tinha um forte acompanhamento nacional, Manuel Correia de Andrade escreveu *A Terra e o Homem no Nordeste*. Nessa obra de motivação eminentemente política, Manuel Correia “preocupou-se em tratar das relações de trabalho dominantes no meio rural, dos processos de ocupação e apropriação do espaço nordestino, sendo um defensor ativo da reforma agrária do país e, particularmente, da região Nordeste, que vivia as intensas lutas das Ligas Camponesas” (LIMA, 2008). Rapidamente o livro foi adotado pelas forças políticas e sociais que, naquela época, lutavam pelas “reformas de base”, apoiadas pelo governo João Goulart no âmbito nacional e, em Pernambuco, pelo governo Miguel Arraes.

O livro foi escrito sob encomenda de Caio Prado Jr, para a editora Brasiliense, da qual era proprietário, e saiu prefaciado pelo próprio Caio Prado Jr., em duas edições seguidas (1963 e 1964). Diferentemente da repercussão das suas obras anteriores de caráter didático, destinado ao público (professores e alunos) do ensino médio, do qual obtinha aceitação automática, esse livro é criticado pelo seu apelo político. Numa conjuntura de muita tensão regional, *A Terra e o Homem no Nordeste* surgiu como um texto para reforçar as posições das forças reformistas, na medida em que foi escrito com o objetivo de introduzir elementos de análise da estrutura social do campo nordestino e defender a reforma agrária na região. O livro “apesar de ter sido elaborado por um professor universitário, trata-se de um trabalho mais militante que acadêmico. Por essa razão, o livro é apreendido após o

golpe de 1964, uma vez que os militares o consideram como sendo um material de cunho subversivo” (VAINSENER, 2009).

Nos primeiros dias de abril de 1964, Manuel Correia de Andrade foi preso por sua participação no Governo Arraes, como responsável pelo Grupo Executivo de Produção de Alimentos, um órgão com *status* de Secretaria de Estado, diretamente ligado ao gabinete do governador; como também por ser reconhecida sua militância, na década de 1950 e começo dos anos 60, no Partido Socialista Brasileiro e pela passagem breve no Partido Comunista Brasileiro. Desta forma, *A Terra e o Homem no Nordeste* foi recolhido das livrarias, voltando a ter uma edição somente nove anos depois.

O caráter político dessa construção intelectual de Manuel Correia residia no fato de que, ao tentar explicar as relações sociais entre os trabalhadores no campo e os proprietários de terras, ele sempre se posicionava, de forma clara, pelas mudanças nestas relações. Caio Prado Jr., ao apresentar o livro *A Terra e o Homem no Nordeste*, constatou que na vasta literatura sobre o Nordeste havia uma questão, as relações de produção e trabalho, que “sempre se relegou a um quase esquecimento, apesar de constituir, sem dúvida alguma, a mais importante, e, mais que qualquer outra, merecedora de atenção” (PRADO JR, 2008, p.29).

O caráter original desta obra foi destacado por Caio Prado Jr., quando afirma que no livro “se encontra algo verdadeiramente inédito. Pela primeira vez aborda com segurança e nos apresenta como [no Nordeste] se relacionam os homens entre si em suas atividades produtivas, e como se comportam uns relativamente aos outros e ao conjunto da coletividade, no exercício de suas funções econômicas. [...] Podemos dizer que pela primeira vez nos é apresentada a análise de conjunto da economia agrária nordestina, numa síntese de alto valor científico” (ibidem, p.30).

Uma das formas de se perceber a importância deste livro é a sua continuada presença no debate regional e sua capacidade de interlocução com os autores que trataram desse tema. Celso Furtado escreveu, na segunda parte do livro *Análise do Modelo Brasileiro* (1972), o ensaio *Estrutura Agrária do Subdesenvolvimento Brasileiro*, onde ele estuda a importância da estrutura da propriedade da terra na geração do excedente estrutural da mão-de-obra, no qual destaca as contribuições de Caio Prado Jr sobre este tema, assim como a importância da obra de Manuel Correia, *A Terra e o Homem no Nordeste* (FURTADO, 1972, p.92).

Num livro clássico sobre a questão regional nordestina, *Elegia para uma Região*, Francisco Oliveira reconhece o valor da obra de Manuel Correia de Andrade, mesmo tendo com ela divergência metodológica, na medida em que na *A Terra e o Homem no Nordeste*, Manuel Correia “partiu do Nordeste físico para o econômico-político, que não é o andamento privilegiado por nossa opção metodológica” (OLIVEIRA, 2007, p.157). Outro texto importante sobre o Nordeste é *Crise Regional e Planejamento*, de Anita Cohn, centrado no período da criação da Sudene, no qual a autora coloca as contribuições de Manuel Correia de Andrade e de Celso Furtado no mesmo plano de “exaustivos estudos sobre a atividade econômica da região” (COHN, 1973, p.42).

Rosa Maria Godoy Silveira, em seu livro *O Regionalismo Nordestino* (2009), que trata do processo da crise do espaço regional então chamado Norte, na segunda metade do século XIX, reconhece a obra *A Terra e o Homem no Nordeste* como um “clássico na historiografia da e sobre a região, ao qual se seguiria um vasto conjunto de obras cuja elaboração o próprio autor justifica por sua proposta de compreender o processo de diferenciação e desigualdade entre as várias regiões brasileiras, a partir do Nordeste” (SILVEIRA, 2009, p.32).

O livro, depois de várias edições, continua suscitando análises sobre sua contribuição à economia política nordestina. Na apresentação do livro de Manuel Correia, Caio Prado Jr. afirmou que nenhuma região tinha sido mais estudada que o Nordeste e por isso muitas eram as obras escritas sobre esse espaço nacional. Mas, apesar do grande volume de publicações,

poucas delas resistiram ao “filtro do tempo”. Num texto sobre a obra de Manuel Correia, um geógrafo paulista destaca que “uma característica fundamental da escrita de *A Terra e o Homem no Nordeste* é o grande poder de síntese que não apaga o objeto mas o ilumina em suas colorações específicas, enfrentando, e não contornando, os fatores de diferenciação que sempre desafiam as generalizações” (IUMATTI, 2008, p.133).

A INTERDISCIPLINARIDADE

Uma das maiores contribuições à economia política regional foi, sem dúvida, o método assumido pelo pesquisador nordestino. Um balanço recente, escrito sobre *A Terra e o Homem do Nordeste*, depois de meio século desde seu lançamento, sintetiza a importância do livro, que, segundo os autores, deve ser destacado por várias razões: a) porque mostra a importância da interdisciplinaridade para o entendimento da realidade social nordestina; b) porque separa a tradição que fechava o método geográfico no empiricismo das ciências naturais, incorporando o método dialético à sua análise, ao estudar a formação do espaço regional a partir das relações sociais de produção; c) porque norteia toda a exposição tendo como pano de fundo o processo de desenvolvimento, chamando para primeiro plano a dinâmica das transformações sociais e do papel do Estado neste processo; e d) o autor não se esconde atrás de uma neutralidade científica; ao contrário, expõe suas posições com clareza e destemor (MOREIRA *et al.* 2007, p.143).

Na construção de sua obra, ainda nos anos 1950, Manuel Correia se distancia dos geógrafos clássicos ao assumir as contribuições de outros campos do conhecimento, afirmando, numa longa entrevista publicada na revista *Teoria & Debate*, que “a geografia, ao analisar o espaço, vê os marcos que existem naquele espaço. Mas esses marcos não foram feitos hoje, são o resultado de uma evolução histórica. Por isso é que eu me preocupo muito com a história. Continuando meus estudos, eu percebi que as relações de trabalho dominantes no Nordeste eram resultado de uma evolução histórica, e aí fui estudar a história.” (LEITE, 2000, p.4).

Em seu livro *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste* (1981), logo na introdução, ele explica sua opção metodológica, defendendo que os geógrafos por muito tempo “não davam importância à organização do espaço, mas apenas, ou, sobretudo, às relações entre o meio natural e a humanização da paisagem. Posteriormente, influenciados pelo quantitativismo neopositivista, passaram a seguir os economistas neoclássicos e, influenciados pelo capitalismo em ascensão, em fase de euforia, passaram a dar grande ênfase aos modelos matemáticos e estatísticos, visando, consciente ou inconscientemente, ignorar as implicações sociais e ecológicas do crescimento desordenado (ANDRADE, 1981, p.7).

Nas várias apresentações de seus livros, Manuel Correia desenvolve forte crítica à fragmentação das ciências sociais que, segundo ele “é uma só e se encontra dividida em vários setores apenas para efeito de especialização; especialização que vem sendo muito estimulada na sociedade capitalista, a fim de formar técnicos que entendam cada vez mais de um setor menor, mais estreito, e que se tornem conseqüentemente, mais eficientes, do ponto de vista operacional, mas percam a visão da totalidade e tenham menos atenção e preocupação com o social” (ibidem, p.9).

Essa concepção metodológica fazia com que todas as suas obras tivessem uma estrutura que sempre partia de uma introdução geral, de um resgate da formação do objeto de estudo – fosse a pecuária sertaneja ou o processo industrial nordestino –, suas etapas de desenvolvimento até suas conclusões críticas. Desta forma, Manuel Correia refletindo sua aproximação com o marxismo, incorporava elementos da análise dialética para a qual o concreto ou a realidade, não são apenas todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento

de todos os aspectos, coisas e relações, e sim, a estrutura significativa para cada fato, a totalidade (KOSIK, 1995).

Manuel Correia explica as razões de seus estudos de caráter interdisciplinar, reconhecendo a forte influência do marxismo em sua formação: “não entendo uma separação rígida entre várias ciências sociais. Para mim, há uma ciência social que tem enfoques diferentes. Mas a ciência é a mesma. [...] “Sou muito influenciado pelas obras de Marx, Engels, Kautski, com *A questão agrária*, Rosa Luxemburgo, Trotski, Lenin. Na minha adolescência, tinha verdadeiro embevecimento com a obra de Trotski” (ANDRADE apud LEITE, 2000, p.42).

Noutro depoimento, mais longo, ele reconhece que “a leitura de Caio Prado Júnior teve uma influência muito grande na minha formação, na direção de um marxismo não repetitivo, não transposto; mas de um marxismo elaborado em função da práxis, da análise da realidade brasileira” [...] “Ele me recomendou que, enquanto eu estivesse escrevendo o livro, não lesse os grandes teóricos marxistas, porque, dizia ele: “Se você ler os livros do Kautsky – que eu já tinha lido uma vez –, vai querer encontrar no Nordeste o que Kautsky encontrou na Alemanha Ocidental. E marxismo não é isso. Marxismo tem que partir da práxis” (ARAÚJO, 2004. p. 98 e 109).

Manuel Correia manteve com Caio Prado Jr uma estreita relação pessoal e de trabalho, lembrando, em várias entrevistas, que “ele acompanhou a minha atuação à frente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos, durante o primeiro governo de Arraes e discutiu comigo várias vezes os problemas do país. Dele recebi influência, o que é facilmente notado em meus livros” (REVISTA GEOSUL, 1988, p.137-138).

A partir de seu posicionamento, utilizando o que chamava método “histórico-estrutural”, analisa a formação social nordestina desde sua colonização até a segunda metade do século XX. O próprio Manuel Correia comenta que *A Terra e Homem no Nordeste* significou “uma ruptura política e uma ruptura científico-metodológica. Ele [Milton Santos] considerava que era um dos livros fundamentais para a evolução da Geografia brasileira, enquanto outros autores diziam que o livro era de sociologia, outros, que era de história. Eu acho que não se escreve um livro para ser de sociologia, de geografia ou de história. Escreve-se um livro para analisar uma realidade” (ARAÚJO, 2002, p.102).

Na sua obra sobre a realidade nordestina, buscou estudar as diferenciações internas e a cada uma das áreas que compõe a região, distinguindo-as não somente pelas condições naturais, como também pelo processo produtivo particular. Em *A Terra e o Homem do Nordeste*, ele elaborou um de seus melhores *insights* ao construir uma análise ao mesmo tempo geral, abarcando toda uma região, e uma aproximação particular de cada um de seus subespaços, com suas particularidades e inter-relações, um complexo conjunto que ele chamou de *mosaico regional* (ANDRADE 2007, p. 167).

Nesta busca de construção do conhecimento pela utilização plena das ferramentas científicas, não importando se das ciências naturais ou sociais, Manuel Correia levava à prática acadêmica suas formas particulares de trabalho. Tânia Bacelar, a conhecida economista nordestina, foi ensinar, a convite do professor Manuel Correia de Andrade, no mestrado de Geografia, um projeto de caráter interdisciplinar. Ela relata que, naquelas condições “minha ida para a Geografia teve uma influência muito grande, porque nós economistas trabalhamos com o espaço abstrato e os geógrafos com o espaço concreto. Como era mestrado em Geografia Regional, o Manuel Correia sempre dizia: “não dá para entender sem os economistas, sem os sociólogos”. E a concepção do mestrado era com áreas de domínio conexo nas disciplinas que ele considerava importante. E como Economia era uma das disciplinas, fui ensinar as cadeiras de Economia. Isso também me tornou uma economista meio diferente da média” (CORREIA, 1999, p.45).

Esse esforço pela escrita interdisciplinar é destacado por Christine Rufino Dabat, no livro *Moradores de Engenho*, no qual ela enfoca a importância do método no trabalho de Manuel Correia ao afirmar que ele “realizou o sonho interdisciplinar, ao construir uma obra que oferece uma paleta de propostas sutis com base em extenso trabalho de campo e fontes documentais abrangentes. Seus escritos, didáticos, têm também o gosto inigualável da experiência própria, do conhecimento íntimo da realidade” (DABAT, 2008, p. 349).

A OBRA ANTERIOR.

A contribuição de Manuel Correia ficou marcada por uma extensa produção, destacadamente, seus trabalhos sobre a economia nordestina. No entanto, seu livro mais conhecido e citado, *A Terra e o Homem no Nordeste*, não é o de maior circulação ou com maior número de tiragem. No começo de sua carreira como professor universitário, entre os anos de 1952 e 1963, Manuel Correia publicou vários livros de geografia geral e do Brasil, em colaboração com Hilton Sette. Cada um desses livros alcançou, num espaço de tempo de duas décadas, uma ampla circulação na rede nacional de ensino médio, chegando, em alguns casos, a publicar 30 edições (GASPAR *et al*, p.26-29).

Naqueles anos, a Editora do Brasil, de São Paulo, resolvera adotar uma estratégia para enfrentar a Companhia Editora Nacional “que tinha o monopólio da edição de livros didáticos”. Manuel Correia relata este processo: “ele [o editor] achava que, para fazer livros, em São Paulo e no Rio, os melhores autores já estavam comprometidos. Então ele resolveu vir para o norte pegar professores que escrevessem livros didáticos competitivos. Aqui ele contratou Hilton, que era um bom professor de geografia, competente, mas era um pouco lento. E tinha de fazer, de uma carrada, sete livros: quatro para o curso ginásial e três para o curso colegial. Hilton me convidou para me associar a ele. Então, nós fizemos esses livros, que tiveram uma aceitação boa, no Brasil inteiro” (ARAÚJO, 2004, p.102).

Na década de 1950 e começo dos anos 1960, ademais desses livros didáticos, que percorriam o Brasil, Manuel Correia publicou vários ensaios sobre economia, história e geografia regional do Nordeste. Neste conjunto, alguns trabalhos destacavam-se e saíram além das fronteiras nordestinas, como os casos de: *Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental* (1959) e *Economia Pernambucana no Século XVI* (1962). Esses trabalhos chamaram a atenção de Caio Prado Jr. que tinha um projeto de analisar o Brasil a partir de estudos das cinco grandes regiões, chegando a tomar a iniciativa de convidar alguns estudiosos da realidade regional brasileira, mas apenas Manuel Correia de Andrade respondeu a tempo esse convite. A lembrança do nome do pernambucano deveu-se a sua obra didática já em circulação; mas, para sua escolha, foram determinantes suas pesquisas sobre o Nordeste brasileiro.

A partir do lançamento de seu livro mais conhecido, em 1963, e, logo depois, com o envolvimento em pesquisas e com a produção de um conjunto de textos de análise regional, Manuel Correia parou de escrever textos didáticos para o ensino médio, que, no entanto, continuaram a ser reeditados em edições revistas e atualizadas até o ano de 1979.

ESTUDOS POSTERIORES

A Terra e o Homem no Nordeste depois de retirada das livrarias, principalmente na própria região, ficou nove anos sem uma nova edição. Se, antes de 1963, o conjunto da obra de Manuel Correia, representado nos seus livros didáticos e estudos regionais, tinha possibilitado o convite que lhe faria conhecido nos meios acadêmicos nacionais, a publicação de seu trabalho numa editora paulista, identificada pelas publicações de esquerda, em plena efervescência política no país, tornou-o um intelectual de referência para analisar a região nordestina.

Saído da prisão, ainda em 1964, Manuel Correia aproveita sua condição de professor universitário e amigo de vários geógrafos franceses que passaram pelo Brasil, aceita uma bolsa de estudo do CNRS e vai estudar em Paris “muito preocupado com os problemas políticos brasileiros, vez que saíra do país devido à situação difícil, de insegurança pessoal em que me encontrava após o golpe de 1964” (REVISTA GEOSUL, 1988, p.117). Na volta, em 1966, reintegra-se aos trabalhos na universidade, onde ficaria até sua aposentadoria em 1985.

O período da ditadura militar (1964-1985) apresentou muitas dificuldades para a produção intelectual e para o debate sobre as mudanças estruturais no país e, ainda mais, sobre sua “região-problema”, o Nordeste. No entanto, alguns espaços institucionais, no âmbito nacional, como as universidades e, no âmbito regional, a Sudene, um órgão federal com relativa autonomia ante as forças políticas locais nordestinas, permitiam a elaboração de pesquisas que, transformadas em documentos ou relatórios, conseguiam ampla circulação a título de “trabalhos científicos” e colocavam os problemas regionais na agenda das discussões; o que não se podia fazer por meio dos partidos políticos, movimento sindical ou na mídia tradicional.

Outro espaço importante para veicular seus estudos, principalmente de títulos com características mais “didáticas” ou “técnicas”, eram as editoras de cobertura nacional, todas localizadas no Sudeste. Esse canal editorial, bem utilizado por Manuel Correia, veio ser complementado por publicações de artigos no exterior, principalmente a edição norte-americana de *O Homem e a Terra no Nordeste (The Land and people of Northeast Brazil - Albuquerque, University of New Mexico Press, 1980)*, que lhe dá mais prestígio acadêmico e uma maior entrada nas editoras nacionais. Por paradoxal que possa parecer, foi neste período de dificuldades políticas que ele publicou seus melhores e mais lidos trabalhos acadêmicos.

A Terra e o Homem do Nordeste foi considerado um dos 100 livros brasileiros do século pela Câmara Brasileira do Livro, em 1999. Sua contribuição para os estudos regionais está registrada no número de edições (e reimpressões), pela sua capacidade de diálogo na literatura econômica regional e pela sua constância em quase toda a bibliografia de dissertações, teses e artigos acadêmicos que tratam da questão nordestina. No entanto, a obra posterior, escrita entre os anos 1968 e 1986, reunida no conjunto de estudos regionais, tem um peso tão significativo quanto a contribuição isolada do livro que marcou a entrada de Manuel Correia de Andrade no debate nacional, particularmente sobre a questão nordestina.

Neste conjunto de livros, os principais temas da economia regional foram retomados e, na maioria das vezes, recebendo novo tratamento, incorporando novos dados, permitindo análises de mais fôlego que em sua obra pioneira. Em vários livros, os temas mais antigos como a questão da formação territorial e sua relação estreita com a estrutura agrária nordestina; o universo do setor canavieiro e sua passagem dos antigos engenhos para as modernas usinas foram retomados de forma mais vigorosa, com dados mais atualizados. E uma nova agenda foi aberta, abarcando temas correspondentes a outros fenômenos que surgiram no Nordeste pós-64, como a urbanização e o surgimento de pólos modernos industriais; a integração nordestina à economia brasileira; a intervenção federal na região; e o balanço das políticas de desenvolvimento. Entre a segunda metade dos anos 1960 e final dos anos 1980, esse conjunto de obras manteve os estudos de Manuel Correia no centro do que era possível de “debate” regional.

A sua produção de ensaios regionais, escritos nas duas décadas do período militar, foi iniciada após seu retorno ao Brasil em 1966. Sua volta às livrarias deu-se com *Paisagens e Problemas do Brasil: Aspectos da Vida Rural Brasileira Frente à Industrialização e ao Crescimento Econômico* (Brasiliense, 1968), quando, aproveitando o espaço institucional acadêmico, voltava a se posicionar. Na avaliação de Tamás Sczmreczányi (1994), *Paisagens...*, um dos seus livros mais requisitados, com cinco edições seguidas até 1977, tratava-se de “um valioso

estudo comparativo de nossas regiões” que permitiu a Manuel Correia colocar, outra vez, suas análises e posições sobre o Nordeste brasileiro.

Em 1970, publicou dois livros por editoras do Sudeste. O primeiro deles, *Nordeste, Espaço e Tempo* (Vozes, 1970), saiu na coleção “Caminhos Brasileiros”, como uma coletânea de artigos que tratam desde a descrição das condições naturais do Nordeste até debate sobre os pólos de desenvolvimento. A parte mais importante do livro, no entanto, é a que aborda dois de seus temas prediletos: a questão agrária na região nordestina e a formação da economia do Meio-Norte (Maranhão e Piauí). Num momento de euforia nacional, determinada pelos anos do “milagre brasileiro”, ele sintetiza e reafirma sua visão crítica do problema regional: “constitui o Nordeste a região problema do país, devido à estratificação das estruturas sociais organizadas no período colonial, aos baixos níveis tecnológicos de sua agricultura e de sua pecuária e à diversidade de meio natural; aquela em que o subdesenvolvimento se apresenta de forma mais acentuada e reclama medidas de reforma mais urgentes” (1970, p. 86).

Por outra editora paulista, publica *Geografia Econômica do Nordeste* (Atlas, 1970), que alcançaria mais duas edições (1974 e 1977). Nele, Manuel Correia volta a descrever o “mosaico regional” nordestino composto pelas sub-regiões e zonas geoeconômicas, estudando a formação econômica até chegar a um balanço da primeira década de atuação da Sudene, quando reconhece que a autarquia “conseguiu grande êxito em áreas nas quais as estruturas regionais ofereciam menor resistência – industrialização, pesquisas, formação de quadros técnicos – e foi detida ao dar os primeiros passos naquelas áreas em que as velhas estruturas resistiram – organização agrária, cooperativismo, transformações na agricultura tradicional, etc. – criando distorções setoriais que, se não forem corrigidas, se tornarão sérios entraves ao desenvolvimento regional” (1977, p.165).

Em 1973, publica, pela própria Sudene, *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*, no qual divide o trabalho em duas metades. A primeira dedicada à análise da estruturação do “mosaico regional”, em que estuda o processo de ocupação do espaço nordestino, desde os primeiros contatos dos portugueses e a exploração do pau-brasil até ocupação do interior pela pecuária extensiva, passando pela zona da mata pernambucana e recôncavo baiano, assim como da área do cacau e o Meio-Norte. Na segunda parte, estuda o processo de urbanização do Nordeste, que já tinha metade de sua população nas cidades; e o processo de industrialização no período Sudene, quando essa região passou a revelar os desequilíbrios gerados pelos investimentos concentrados em algumas cidades litorâneas.

Em 1974, outra vez na editora que o lançou no plano acadêmico nacional, ele publica *Cidade e Campo no Brasil* (Brasiliense) que, apesar do título amplo, tratava basicamente da região Nordeste. É uma coletânea com vários ensaios resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito universitário, algumas delas financiadas pelo *Conselho Nacional de Pesquisa Científica/CNRS*, da França. Interessado, na época, pela teoria dos Pólos de Desenvolvimento, Manuel Correia aplica esse instrumento para analisar a nova configuração urbana que o Nordeste começava a ter, apesar de manter a maioria de sua população na área rural.

Mas, é no estudo sobre a formação regional do Nordeste e, principalmente, de sua agricultura, que o livro se destaca. Seguindo o caminho aberto por *A Terra e o Homem no Nordeste*, Manuel Correia traz novos elementos para a análise das relações de trabalho nos diversos subespaços econômicos, revelando as dificuldades políticas e sociais para romper o subdesenvolvimento crônico. E, de forma clara, identifica a principal razão desse entrave: a resistência dos setores dominantes à modernização econômica e social. Para ele, “o setor agrícola tradicional é fortalecido por uma série de fatores como o monopólio da terra, o caráter seletivo do crédito rural, a organização preferencial da comercialização agrícola para certos produtos e o baixo nível econômico, cultural e sanitário da população rural” (1974, p.148).

Os seus estudos prosseguem com a publicação, em 1981, do texto *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*, no qual, a partir de seu posicionamento metodológico, ele faz um balanço do processo industrial desde o Brasil colonial, passando pelo primeiro período de industrialização regional, no final do século XIX até meados do século XX; a criação da infraestrutura do segundo período industrial (Chesf, Codevasf, BNB, Sudene), a partir dos anos 1950, fazendo um balanço crítico tanto da industrialização comandada pelo setor estatal, assim como do Proálcool, por suas características semelhantes: concentradores espaciais na própria região, de terras, de renda e problemáticos para o meio ambiente.

Manuel Correia, numa de suas reflexões, na segunda metade da década de 1970, antevê os problemas que, posteriormente, os economistas nordestinos viriam a debater com muita frequência: “o planejamento feito em função de capitais, da oferta de facilidades de acumulação às empresas, deu pouco importância à variável espaço e, em consequência, estamos assistindo à formação de desníveis intra-regionais tão grandes quanto os inter-regionais, em nível nacional”. [...] “ao se produzir um espaço geográfico, que é essencialmente social, sem se consultarem os interesses da população, se está produzindo uma modernização anômala, que empobrece o homem e o país, ao mesmo tempo em que se enriquecem os grandes grupos econômicos” (1981, p.97).

Em seguida, publica o estudo *Tradição e Mudança - a Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação do Submédio São Francisco* (Zahar, 1983), no qual analisa os impactos decorrentes da instalação das grandes barragens e dos perímetros irrigados na região sertaneja da Bahia e Pernambuco. No último ano do regime ditatorial, Manuel Correia publica *Classes Sociais e Agricultura no Nordeste* (Massangana, 1985), que centra suas análises nas intervenções do Estado na questão agrária de Pernambuco.

1986-2007

Com a volta do país à normalidade democrática, em 1985, Manuel Correia é requisitado para formular análises regionais em entrevistas e artigos de jornais regionais, onde sua presença é mais constante. Neste período, ele explicita seu posicionamento político mais à esquerda. Filiado ao partido de oposição ao regime militar, o MDB, e depois ao PMDB, apoia a campanha de Miguel Arraes em 1982 e 1986, quando este foi reeleito governador de Pernambuco. Desta vez, Manuel Correia, apesar dos convites, optou por seu trabalho acadêmico exclusivo.

A segunda metade dos anos 1980 coincide com o final da ditadura e registra um intenso debate regional. A produção sobre a economia e a sociedade nordestina recebeu algumas inovadoras contribuições de vários autores acadêmicos, que retomam o fio de ligação com importantes obras elaboradas no final dos anos 1970. Esse conjunto de livros traz novas abordagens, revelando traços das mudanças internas, da influência dos investimentos federais na criação de infra-estrutura, do processo de industrialização e do papel da urbanização na região. Todos eles, sem exceção, têm uma marca comum, que é o diálogo com a obra de Manuel Correia de Andrade.

Deste período, ficou o pequeno texto *O Nordeste e a Questão Regional* (Ática, 1988). Neste livro, Manuel Correia defende que o Nordeste é, a uma só vez, uma questão política, regional e nacional. Explica que a pobreza desta região “deriva sobretudo da má distribuição da renda – há um forte contraste entre o nível de vida das classes dominantes e do povo –, da grande concentração da propriedade fundiária, do sistema econômico nacional que transformou a região em fornecedora de matérias-primas e de mão-de-obra pouco qualificada para as regiões economicamente mais dinâmicas, e da apropriação das riquezas regionais por grupos econômicos internacionais e de outras áreas do país” (1985, p.18).

Manuel Correia aproveita para fazer um balanço da Sudene, reconhecendo que a ação desse órgão facilitou a integração do mercado regional ao nacional, permitindo a diversificação e a formação de concentrações industriais em algumas cidades, criando uma nova organização espacial da economia. Mas, coerente com tudo que escrevera antes, ele conclui que “o Nordeste entrou em um processo de modernização que não foi acompanhado de uma transformação social. O social e o político ficaram a reboque do econômico, acentuando e consolidando a pobreza regional” (1985:37). Esse livro marca a despedida de Manuel Correia de seus estudos regionais nordestinos.

No começo dos anos 1990, o país entre numa conjuntura marcada pela agenda liberal (estado mínimo, privatização, financeirização da economia, etc.), em que se privilegiava o debate sobre a inserção brasileira num mundo globalizado, no qual a questão regional ficava em plano secundário, retirando espaços de debate para os problemas nordestinos. E os textos de maior fôlego, com propostas de interpretação geral sobre a região Nordeste, saíram de moda. Por outro lado, esse quadro político nacional, que influenciava a agenda de debates sobre a economia regional, coincidiu com outro quadro social e econômico. O Nordeste, desde 1980, tornara-se cada vez mais urbano; a participação dos setores industrial e de serviços passou a ter mais importância e a questão agrária deixou de ser o problema central da política nordestina.

TABELA 3. NORDESTE: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1970/2000)

| ANO | TOTAL | RURAL | % | URBANA | % |
|------|------------|------------|------|------------|------|
| 1970 | 28.675.081 | 16.383.605 | 59,0 | 11.766.463 | 41,0 |
| 1980 | 35.419.156 | 17.459.640 | 49,3 | 17.959.640 | 50,7 |
| 1991 | 42.470.225 | 16.716.870 | 39,4 | 25.753.355 | 60,6 |
| 2000 | 47.693.253 | 14.763.935 | 31,0 | 32.929.318 | 69,0 |

Fonte: IBGE (2005)

A produção intelectual de Manuel Correia de Andrade reflete esse período. Seus livros, na década de 1990 até sua morte em 2007, não estão mais centrados na temática regional nordestina. Muitos deles são dedicados a temas históricos, voltados à biografia de personalidades (Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre) ou abordagens de caráter nacional. Livros que, pelas características, não influenciam mais o debate sobre o Nordeste.

Recentemente, a economista Tânia Bacelar prestou-lhe uma homenagem ao dizer que ele sabia que suas teses mais caras não tinham sido aplicadas: “sabia que o Nordeste descrito no clássico *A Terra e o Homem* mudara muito. Urbanizou-se, industrializou-se, foi cortado por modernas infra-estruturas de transportes, energia e telecomunicações. Os sertanejos deixaram de mendigar migalhas em tempo de seca porque têm agora a cobertura da Previdência Rural e dos programas de transferência de renda” (ARAÚJO, 2008, p.160). No entanto, ele defendeu até nos seus últimos artigos, a necessidade de reformas que superassem “as consequências de modelos de organização socioeconômica geradores de fortes injustiças sociais e de níveis de vida tão indignos”, criticando o que chamava “crescimento sem desenvolvimento”

Em 2007, quando do seu falecimento, muitas instituições acadêmicas, partidos políticos de esquerda e organizações representativas do mundo do trabalho rural – Comissão Pastoral da Terra/CPT, Movimento dos Sem Terra/MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/Contag – prestaram-lhe homenagens por suas inúmeras contribuições às reformas na economia e sociedade nordestinas, reconhecendo nele o

intelectual que, por mais de meio século de atividade, estudou, numa perspectiva de transformação, a terra e o homem no Nordeste.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e Campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. **Geografia Econômica do Nordeste**. 3. ed. Ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- _____. **Problemas e Paisagens do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. **O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, 1979.
- _____. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. São Paulo: Zahar, 1981.
- _____. **Tradição e Mudança**. A Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. **Classes Sociais e Agricultura no Nordeste**. Recife: Massagana, 1985.
- _____. Entrevista. In **Revista Geosul**, n. 6, Ano III. Florianópolis: UFSC, 1988.
- _____. **1964 e o Nordeste**. Golpe, Revolução ou Contra-revolução? São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. **O Nordeste e a Questão Regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000 .
- _____. Entrevista. in **Revista Geografares**, n. 3, junho/2000, Vitória, UFES, 2002.
- _____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Entrevista, in **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; e HEIDEMANN, Heinz. (orgs.). São Paulo: Edusp, 2008.
- ARAÚJO, Rita Cássia B. (org.) **O Fio e a Trama**: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária, 2002.
- ARAÚJO, Tânia B. Um Intérprete do Nordeste. In **Manuel Correia de Andrade – um homem chamado Nordeste**. Cavalcanti, C. *et al* (org.). Recife: Bagaço: 2008.
- BITOUN, Jan. **Nordeste: Dimensões Locais e Regionais nas Estratégias de Desenvolvimento**. Recife: Fundaj, 2002.
- COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Recife: Editora Universitária, 2008.
- FURTADO. Celso **Análise do Modelo Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Nacional, 2005.
- GASPAR, Lucia, PORDEUS, Raquel, SILVA, Rosi Cristina. **Manuel Correia de Andrade: Cronologia e Bibliografia**. Recife: Ed. Universitária, 1996.
- IUMATTI, Paulo T. Saberes Populares no Nordeste. In CAVALCANTI, C. *et al* (org.). **Manuel Correia de Andrade – Um Homem Chamado Nordeste**. Recife: Bagaço, 2008.
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LIMA, Marcos Costa, Homenagem a Manuel Correia de Andrade: a Geografia e a Política do Nordeste Brasileiro, In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, n. 65. São Paulo: 2007.
- LEITE. José Correia. Entrevista: Tânia Bacelar, In **Revista Teoria e Debate**, n.45. p.40-45, São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- _____. O Homem do Nordeste: Entrevista com Manuel Correia de Andrade. In **Revista Teoria e Debate**, n.45. p.40-45. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872. In **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 16: 1-16, 1973.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan, RODRIGUES, Maria Fátima. Manuel Correia de Andrade: uma vida de trabalho em defesa de uma ciência geográfica socialmente comprometida, In **Revista Okara: Geografia em debate**, v.1, n1, p.143-145. João Pessoa: UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia Para uma Re (li) gião**. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO JR. Caio. Apresentação. In Andrade, M.C. **A Terra e o Homem no Nordeste** 7.ed. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SZRMRECSÁNYI. Tamás, Resenhas, In **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.11, n.1/3, p.137-139, 1994.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, **O Regionalismo Nordestino**. João Pessoa: EdUFPB, 2009.

VAINSENER, Semira Adler. **Manuel Correia de Andrade**. Recife: Fundaj, 2007.